



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### **LEI Nº 1381/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**

**Súmula** – Autoriza o Executivo a outorgar, em conformidade com a Lei Municipal nº 1374/2019 a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público registrado sob a matrícula nº 2.018 da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina/PR e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO, SANCIONO A SEGUINTE**

#### **L E I: CAPÍTULO I**

#### **TÍTULO I**

#### **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Nos termos da Lei Municipal nº1374 de 18 de outubro de 2019, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar, mediante a imposição de condições, após o competente procedimento licitatório em conformidade com a Lei nº 8666/93, a Concessão de Direito Real de Uso à empresa vencedora do certame ou a alguma de suas subsidiárias ou controladas, existentes ou a serem criadas, desde que pertencentes ao mesmo grupo econômico, o imóvel do Município de Tamarana, contendo a seguinte descrição:

Um terreno, quadra 02 (dois), com área de 114.018,33 m<sup>2</sup>, da subd. do lote nº 12, o qual foi destc. do lote nº 157, da Fazenda Três Bocas, no Município de Tamarana d/ Comarca, - CONTENDO benfeitorias – constantes da matrícula.

**Art. 2º.** O imóvel cedido deverá ser utilizado exclusivamente para atender aos objetivos previstos na Lei Municipal nº1374/2019, e a concessão de direito real de uso será vinculada ao de setor de indústria e prestadores de serviços, do ramo de atividade de industrialização de produtos de origem agrícola com foco em frutas,



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

legumes e hortaliças em fomento da agricultura familiar nesta cidade, com geração de energia limpa.

### CAPÍTULO II

#### TÍTULO I

#### DOS BENEFÍCIOS

**Art. 3º.** À empresa vencedora do certame será concedido os seguintes benefícios:

- a) Atuação do Município na divulgação das empresas e produtos fabricados no Município, mediante folhetos e outros meios, em hotéis, exposições, eventos ou similares;
- b) Promoção ou patrocínio de Cursos de Formação, Treinamento e Especialização de mão de obra voltada às atividades desenvolvidas pelas empresas beneficiadas, de forma direta ou através de convênios;
- c) Assistência na elaboração de estudos de viabilidade nos projetos de engenharia e na área econômico-financeira;
- d) Auxílio para instalação de rede de abastecimento de água e esgoto;
- e) Auxílio para instalação de rede de distribuição de energia elétrica de baixa e alta tensão;
- f) Auxílio para instalação de sistema de escoamento de águas pluviais;
- g) Manutenção das vias de acesso e circulação no entorno da sede da empresa;
- h) Auxílio para limpeza, preparação e terraplenagem, do terreno onde será implantada a indústria ou empresa;
- i) Não se aplica.
- j) Concessão do direito real de uso sobre o terreno necessário à implantação da indústria ou empresa;
- k) Fornecimento de documentação com o fim de informar os estabelecimentos oficiais de crédito e os órgãos públicos, visando à solução e rapidez do trâmite de pedidos;

**Parágrafo único.** Os auxílios estabelecidos neste artigo ocorrerão mediante a prestação de serviços, quando solicitados pela vencedora do certame licitatório.

### TÍTULO II

#### DOS INCENTIVOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

**Art. 4º.** À vencedora do certame, será concedido também benefícios através de incentivos fiscais, tributários e financeiros conforme estabelecido na Lei Municipal nº1374/2019.





# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

**§ 1º** A isenção fiscal poderá ser concedida relativamente aos seguintes Tributos:

- a)** Imposto predial e Territorial Urbano-IPTU, incidente sobre o imóvel destinado ao funcionamento da atividade;
- b)** Imposto sobre a Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis – ITBI, incidente na aquisição pela empresa de imóveis destinados à implantação do empreendimento;
- c)** Taxas relativas à aprovação do projeto, licença de localização, vistoria, fiscalização.

**§2º** Os incentivos fiscais terão sua duração determinada com base na criação de empregos diretos, em função das quais a empresa vencedora poderá gozar das isenções do IPTU e taxas:

- a)** Por 08 (oito) anos se contar com mais de 40 (quarenta) empregos.

**§3º** O não cumprimento do parágrafo anterior, ensejará o restabelecimento dos valores por lançamentos de ofícios e cobrados com os respectivos acréscimos legais.

**Art. 5º.** As isenções dos benefícios fiscais e tributários, previstas nesta lei ficam condicionadas à renovação anual, mediante requerimento da empresa vencedora, cuja aprovação se dará por despacho fundamentado pela Diretoria Municipal de Desenvolvimento.

**Art. 6º.** Os benefícios fiscais previstos nesta Lei não desobrigam a empresa vencedora de proceder ao pagamento da tributação incidente sobre suas operações, no que tange a impostos, taxas ou contribuições de melhorias, e cumprimento das demais regras aplicáveis a sua atividade.

**Art. 7º.** Os incentivos e benefícios de que trata esta Lei não exime a beneficiada do cumprimento da legislação aplicável, especialmente a de proteção ao meio ambiente, cabendo ao Município tomar as medidas destinadas ao aperfeiçoamento e racionalização do desenvolvimento de seu território.

### CAPÍTULO III

#### DAS CONDIÇÕES

**Art. 8º.** A empresa vencedora deverá cumprir, no mínimo, os seguintes requisitos, sob pena de rescisão da concessão de direito real de uso e de outros benefícios:



## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

- a) Investir no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em infraestrutura, totalizando 25.000 m² de área construída.
- b) Ter faturamento médio, conforme especificado no certame licitatório.
- c) Gerar no mínimo 100 empregos diretos de atividade da empresa, até o final do prazo da concessão, conforme cronograma físico;
- d) Fechamento do terreno;
- e) Edificar construção conforme projeto apresentado, sendo que deverá iniciar a obra no prazo de 12 (doze) meses e concluí-las em até 60 (sessenta) meses.
- f) Iniciar as atividades no prazo máximo de 02 (dois) anos a contar da data de publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município, servindo o alvará de funcionamento expedido pela Secretaria da Fazenda do Município como prova de seu adimplemento;
- g) Manter em dia todos os compromissos fiscais e contratuais a que venha assumir com o Poder Público;
- h) Estar em conformidade com os critérios da legislação ambiental do Município, do Estado e da União.

**Parágrafo Único.** A empresa vencedora deverá encaminhar anualmente até o dia 15 de dezembro, bem como quando houver solicitação da Administração Pública Municipal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para análise, do cumprimento do objeto da Concessão todos os documentos necessários para a comprovação do cumprimento das obrigações assumidas.

#### CAPÍTULO IV

#### DO PRAZO DE VIGÊNCIA

**Art. 9º.** Os incentivos e benefícios de que tratam esta lei, serão concedidos pelo período de 05 (cinco) anos, findo os quais, e cumpridas todas as metas e objetivos estabelecidos por esta Lei e demais normas correlatas, inclusive aquelas relativas ao procedimento licitatório e Instrumento de Concessão de Direito Real de Uso, serão incorporados, em definitivo, ao patrimônio da empresa, após parecer favorável da Diretoria Municipal de Desenvolvimento e o Setor Jurídico do Município de Tamarana.

**§ 1º** O prazo de 05 (cinco) anos que trata artigo anterior, será computado a partir do efetivo funcionamento da empresa, sobre a qual havendo dúvidas de sua data, será fixada em 02 (dois) anos após a assinatura do instrumento de concessão.





# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

**§ 2º** A empresa que obter os benefícios contidos nas disposições desta Lei, fica submetida a todas as condições a eles inerentes, inclusive as vistorias regulares que tenham por objetivo o monitoramento, por parte da municipalidade, no sentido de observar o fiel cumprimento dos compromissos assumidos.

**§ 3º** As vistorias grafadas no parágrafo anterior deverão ser realizadas em período de tempo, entre si, não superior a 12 (doze) meses.

### **CAPÍTULO V**

#### **DO PEDIDO DE ESCRITURAÇÃO DEFINITIVA**

**Art. 10.** Findo o prazo fixado no art. 9º e cumpridas todas as cláusulas e condições impostas nesta Lei e no Instrumento de Concessão de Direito Real de Uso de Terreno Público, poderá, a empresa concessionária, requerer a escrituração definitiva do imóvel objeto da concessão.

**§1º** A solicitação da escrituração definitiva deverá ser endereçada a Diretoria Municipal de Desenvolvimento e protocolada no Paço Municipal, acompanhada de todos os documentos que comprovem o cumprimento das cláusulas descritas no Instrumento de Concessão de Direito Real de Uso de Terreno Público.

**§2º** O requerimento deverá ser autuado e encaminhado ao Setor Jurídico e a Diretoria Municipal de Desenvolvimento para análise e parecer, que terá prazo para emissão de até 180 (cento e oitenta) dias.

**§3º** Com a comprovação do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas e parecer favorável do Setor Jurídico e da Diretoria de Municipal Desenvolvimento será outorgada a escritura definitiva do imóvel.

**§4º** Na hipótese da não comprovação do cumprimento de alguma das cláusulas e/ou condições estabelecidas, o contrato de concessão poderá ser aditado pelo prazo necessário ao cumprimento da(s) cláusula(s) inadimplente(s), desde que não ultrapasse o prazo de 05 (cinco) anos



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### CAPÍTULO VI

#### DAS VEDAÇÕES E PENALIDADES

#### TÍTULO I

##### DAS VEDAÇÕES

**Art. 11** A empresa beneficiária fica expressamente proibida a dar destinação diferente ao imóvel, se não à atividade industrial ou prestação de serviço, bem como, ceder, emprestar ou transferir a terceiros os incentivos e benefícios recebidos, no todo ou em parte, sem prévia autorização por escrito do Município e parecer favorável da Diretoria Municipal de Desenvolvimento do Município de Tamarana.

**Art. 12.** As áreas de terras adquiridas nos termos desta Lei em que não forem realizadas edificações, não poderão ser objeto de subdivisão ou alienação a terceiros, durante o período da concessão.

**Art. 13.** Se a área de terras cedida não for ocupada ou realizada a edificação de modo a dar cumprimento ao projeto apresentado, deverá o Município, tomar as medidas cabíveis para sua retomada, ainda que a reversão se dê parcialmente, levando-se em conta as mesmas condições em que tiver sido cedido.

**Art. 14.** O terreno cedido deverá ser destinado exclusivamente ao uso previsto no projeto aprovado apresentado pela beneficiária, sendo vedada, mesmo após a implantação de edificações ou instalações voltadas a atividade da parte interessada, sua venda a terceiros ou alterações para atividades não contempladas nesta Lei.

**Art. 15.** O terreno cedido nas condições desta Lei não poderá ser alienado pela empresa beneficiada, sem autorização do Município, devendo constar essa cláusula restritiva nos respectivos instrumentos legais, durante o período de 05 (cinco) anos.

#### TÍTULO II

##### DAS CONDIÇÕES PARA SUSPENSÃO, REVOGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

**Art. 16.** Em caso de interrupção ou paralisação, sem justificativa, das atividades da empresa beneficiada com a concessão por período superior ou igual a 12 (doze) meses, será revogado o contrato de concessão, bem como, todos os





# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

benefícios concedidos, sem direito a qualquer indenização ou retenção pelas benfeitorias porventura edificadas e incorporadas ao imóvel, independente de demanda judicial, dando ao Município o direito líquido e certo de reintegração de posse imediata, retornando o patrimônio cedido ao Município.

**§1º** Fica assegurado ao Município o direito de ressarcimento de eventuais prejuízos que venha a sofrer em decorrência da interrupção das atividades de empresa que tenha usufruído dos benefícios.

**§2º** Na hipótese de ocorrer à rescisão unilateral do contrato de concessão, por culpa da empresa beneficiada, todas as edificações existentes sobre a área da concessão serão incorporadas ao patrimônio do município a título de indenização, podendo, ainda, a empresa ser obrigada a pagar a título de cláusula penal, a importância 1000 (um mil) UFM (Valor de Referência do Município de Tamarana).

**§3º** Salvo os casos em decorrência de ações ou prazos de órgãos oficiais.

**Art. 17.** A empresa, que tenha obtido benefícios com base nesta Lei, perderá o direito aos benefícios se, antes de decorridos 05 (cinco) anos do início das atividades, deixar de cumprir 02 (dois) dos itens abaixo relacionados:

- a) Reduzir a oferta de empregos em 02 (dois) terços dos empregos existentes, sem motivo justificado;
- b) Violar fraudulentamente as obrigações tributárias;
- c) Alterar o projeto original sem aprovação do Município.

**Art. 18.** Qualquer alteração na composição societária da empresa ou mesmo mudança de atividade deverá, necessariamente, ser previamente comunicada ao Município que, após informe e anuência da Diretoria Municipal de Desenvolvimento, Secretaria de Fazenda e Secretaria de Administração, expedirá Termo Aditivo ratificando os compromissos, caso não haja comprometimento do projeto inicial.

**Art. 19.** A empresa beneficiária não poderá dar outro destino à área recebida por concessão de direito real de uso que não o previsto nesta lei.



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 20.** O município poderá estabelecer demais critérios no edital do processo licitatório que julgar necessário, em conformidade com as Legislações, Municipais, Estaduais, Federais e a Constituição Federal, para selecionar os beneficiários.

**Art. 21.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Tamarana, 12 de novembro de 2019.



**ROBERTO DIAS SIENA**

**Prefeito**

**Autoria: Poder Executivo Municipal**